

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2743169020200610115145

Processo 0807682-29.2020.8.23.0010 ☆ - (92 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):  ao  Data do Movimento(Período):  à

Descrição:

22 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 22

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>22</div>	10/06/2020 11:51:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (05/06/2020)	Procurador
<div>22.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO2705785PETICAODEQUESTOS01.pdfPúblico</div>			
<div>21</div>	08/06/2020 10:17:08	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 08/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (05/06/2020) e ao evento de expedição seq. 20.	Procurador
<div>20</div>	05/06/2020 15:11:08	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (05/06/2020)	Analista Judiciário
<div>19</div>	05/06/2020 15:11:08	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
		Para advogados/curador/defensor de ANDERFESON BARBOSA DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (05/06/2020)	Analista Judiciário
<div>18</div>	05/06/2020 15:10:55	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
		DECORRIDO PRAZO DE ANDERFESON BARBOSA DA COSTA	Analista Judiciário
<div>17</div>	26/05/2020 00:09:38	(P/ advgs. de ANDERFESON BARBOSA DA COSTA *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (22/03/2020) e ao evento de expedição seq. 14.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
<div>16</div>	02/04/2020 00:00:01	(Pelo advogado/curador/defensor de ANDERFESON BARBOSA DA COSTA) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (22/03/2020) e ao evento de expedição seq. 14.	SISTEMA CNJ
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
<div>15</div>	30/03/2020 14:02:36	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Procurador
		Para advogados/curador/defensor de ANDERFESON BARBOSA DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (22/03/2020)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
<div>14</div>	22/03/2020 09:26:24		Analista Judiciário
		JUNTADA DE CERTIDÃO	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
<div>13</div>	22/03/2020 09:26:16		Analista Judiciário
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
<div>12</div>	20/03/2020 15:34:33	Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (10/03/2020)	Procurador
		RENÚNCIA DE PRAZO DE ANDERFESON BARBOSA DA COSTA	LILIANE RAQUEL DE MELO CERVEIRA
<div>11</div>	18/03/2020 09:55:09	Referente ao evento CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (10/03/2020)	Advogada
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	LILIANE RAQUEL DE MELO CERVEIRA
<div>10</div>	18/03/2020 09:53:34	(Pelo advogado/curador/defensor de ANDERFESON BARBOSA DA COSTA) em 18/03/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (10/03/2020) e ao evento de expedição seq. 7.	Advogada
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
<div>9</div>	16/03/2020 15:07:18	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 16/03/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (10/03/2020) e ao evento de expedição seq. 8.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Procurador
<div>8</div>	15/03/2020 21:58:32	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (10/03/2020)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
			Analista Judiciário
<div>7</div>	15/03/2020 21:58:32	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
		Para advogados/curador/defensor de ANDERFESON BARBOSA DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (10/03/2020)	Analista Judiciário
<div>6</div>	10/03/2020 15:38:33	CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE	Rodrigo Bezerra Delgado
			Magistrado
<div>5</div>	09/03/2020 17:01:18	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL	SISTEMA CNJ
		RECEBIDOS OS AUTOS	SISTEMA CNJ
<div>4</div>	09/03/2020 17:01:17	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR	SISTEMA CNJ
		Registro de Distribuição	SISTEMA CNJ
<div>3</div>	09/03/2020 17:01:17	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO	SISTEMA CNJ
		3ª Vara Cível	SISTEMA CNJ
<div>2</div>	09/03/2020 17:01:17		LILIANE RAQUEL DE MELO CERVEIRA
			Advogada
<div>1</div>	09/03/2020 17:01:17	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL	



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08076822920208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANDERFESON BARBOSA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**